



CONTRATO Nº/20...

PAD nº 4072/2019

ANEXO VI
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE FORNECIMENTO que
entre si fazem o **TRIBUNAL REGIONAL**
ELEITORAL DO PARANÁ e a empresa
.....

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666 de 21.06.93, suas alterações e demais legislações pertinentes, regularmente autorizado pelo ordenador da despesa, pelo Pregão Eletrônico nº., PAD 4072/2019, e a proposta vencedora, de um lado o:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, inscrito no CNPJ sob nº. **03.985.113/0001-81**, com sede na Rua João Parolin, nº. 224, Prado Velho, Curitiba/PR, CEP: 80.220-902, telefone: (41) 3330-8500, regularmente autorizado pelo ordenador de despesa, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa:

....., inscrita no CNPJ sob nº., com sede na Rua, nº, bairro, Cidade/UF, CEP:, telefone:, e-mail:, neste ato representada por, portador do CPF nº., denominada CONTRATADA, têm entre si ajustado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de empresas para confecção e instalação de móveis sob medida para copas, conforme especificações constantes neste contrato e anexos.

(adequar a formalização do contrato conforme lote/item do vencedor respectivo)

LOTE 1 – Itens 1 a 23
LOTE 2 – itens 24 a 25
LOTE 3 – Itens 26 e 27
Item 28

1.2 - A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições descritas no instrumento convocatório do edital de Licitação, no Termo de Referência, Anexo I, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1 – Os itens serão contratados conforme quantitativos a seguir:

(adequar a formalização do contrato conforme lote/item do vencedor respectivo)

Lote	Item	Local	Descrição	QTDE	Unidade	Cósgo siasg
1	1	Copa 1	Bancada alta 284x110cm	1	unidade	BR0054143
	2		Armário suspenso com 04 portas basculantes e nicho para micro-ondas	1	unidade	BR0054143
	3		Armário inferior em “L” com 07 portas e nicho para máquina lava-louças	1	unidade	BR0054143
	4		Armário inferior com 04 portas e nicho para lixeiras	1	unidade	BR0054143
	5		Armário inferior com 02 portas	1	unidade	BR0054143
	6		Bancada alta 353x110cm	1	unidade	BR0054143
	7		Armário inferior com 01 porta e 04 gavetas	1	unidade	BR0054143
	8	Copa 2	Armário suspenso com 02 portas basculantes e nicho para micro-ondas	1	unidade	BR0054143
	9		Armário inferior com 03 portas e 04 gavetas	1	unidade	BR0054143
	10		Armário suspenso em “L” com 06 portas basculantes	1	unidade	BR0054143
	11		Bancada alta	1	unidade	BR0054143
	12		Armário inferior com 04 portas	1	unidade	BR0054143
	13		Armário suspenso com 03 portas basculantes	1	unidade	BR0054143
	14	Copa 3	Armário suspenso com 02 portas basculantes e nicho para micro-ondas	1	unidade	BR0054143
	15		Armário inferior com 03 portas e nicho para máquina lava louças	1	unidade	BR0054143
	16		Armário suspenso em “L” com 03 portas	1	unidade	BR0054143

Lote	Item	Local	Descrição	QTDE	Unidade	Código siasg
			basculantes			
	17		Bancada alta em "L"	1	unidade	BR0054143
	18	Copa 4	Armário inferior com 03 portas	1	unidade	BR0054143
	19		Armário inferior em "L" com 11 portas e 04 gavetas	1	unidade	BR0054143
	20		Armário suspenso com 06 portas basculantes	1	unidade	BR0054143
	21		Bancada alta com dois módulos	1	unidade	BR0054143
	22		Armário inferior com 02 portas	1	unidade	BR0054143
	23		Armário inferior com 04 portas	1	unidade	BR0054143
2	24	-	Armário médio em madeira com 06 portas - medindo 3,00x0,90x0,60m (LXAXP);	1	unidade	BR0150151
	25	-	Armário médio em madeira com 04 portas - medindo 2,00x0,90x0,60m (LXAXP)	1	unidade	BR0150151
3	26	-	Coifa industrial tipo ilha - med. aproximadas 136x135cm - conforme projeto	1	unidade	BR0151056
	27	-	Coifa industrial de parede - med. aproximadas 55x90cm - conforme projeto	1	unidade	BR0151056
-	28	-	Rack com painel em madeira	1	unidade	BR0020591

2.2 – As especificações do estão previstos no anexo I, que é parte integrante deste contrato, no que é pertinente ao item/lote deste contrato.

2.3 – Da entrega:

2.3.1 – Do local de entrega: a entrega deverá ser realizada na sede do Tribunal Regional Eleitoral em Curitiba, situado na rua João Parolin, nº 224 – Prado Velho, no horário das 13 às 18 horas - realizando o agendamento junto à Seção de Logística de Material Permanente, por meio dos telefones: 3330-8886 ou 8887.

2.3.2 – **Do prazo de entrega:** a entrega deverá ser realizada, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a partir da assinatura do contrato.

2.4 – Do recebimento do objeto:

2.4.1 – Do recebimento provisório:

- a) No recebimento provisório o objeto será recebido de forma temporária até que se proceda à análise e à verificação de que o produto atende e corresponde ao que foi solicitado.
- b) Responsável pelo recebimento provisório: Seção de Logística de Material Permanente;
- c) Prazo para o recebimento provisório: 02 (dois) dias úteis.

2.4.2 - Do recebimento definitivo:

- a) O recebimento definitivo (aceitação final do produto) será emitido em formulário próprio, após a avaliação que confirme a adequação do objeto aos requisitos e especificações definidos no Edital;
- b) Responsável pelo recebimento definitivo: Fiscal da contratação da área demandante;
- c) Prazo para o recebimento definitivo: 03 (três) dias úteis.

2.3.3 - Recebido o objeto, mas constatado qualquer defeito/imperfeição dos materiais ou não atendimento às especificações, a Contratada deverá providenciar a substituição/correção no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do comunicado do TRE/PR/gestor, sem quaisquer ônus adicionais à proposta

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 - As obrigações da CONTRATADA são aquelas previstas no anexo I, que é parte integrante deste contrato.

3.2 - A CONTRATADA deverá manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas até o adimplemento total da contratação.

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

4.1 - O presente contrato vigorará pelo período de até **3(três) meses** (somados os períodos de entrega, recebimento provisório e definitivo), a partir da data de sua assinatura, **de/..../..... a/..../.....**, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93 ou rescindido antecipadamente a critério da Administração.

4.2 - A CONTRATADA prestará garantia do lote/item deste contrato pelo prazo estabelecido no termo de referência anexo- I, a partir do recebimento definitivo pelo CONTRATANTE - nos termos dos artigos 69 e 73, § 2º, da Lei nº 8.666/93, independentemente do prazo de vigência deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

5.1 - Os recursos serão destinados à contratação conforme abaixo:

Programa de Trabalho:

Nota de empenho: 20....NE00....., emitida em/..../20.....
Elemento de despesa:
Categoria Econômica:

CLÁUSULA SEXTA: DA GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1 – A fiscalização e a gestão serão realizadas por servidores devidamente designados pela Administração, em consonância com o artigo 67, parágrafos 1.º e 2.º: da Lei nº 8.666/93.

6.2 - O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo CONTRATANTE, da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.

6.2.1 - A existência desse acompanhamento não exime a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer da execução contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PREÇO E DO PAGAMENTO

7.1 - O valor total do contrato é de R\$ (.....), a ser pago à CONTRATADA, pelo cumprimento do objeto deste contrato, conforme a seguir discriminado:

(adequar a formalização do contrato conforme lote/item do vencedor respectivo)

Lote	Item	Local	Descrição	QTDE	Unidade	Código siasg
1	1	Copa 1	Bancada alta 284x110cm	1	unidade	BR0054143
	2		Armário suspenso com 04 portas basculantes e nicho para micro-ondas	1	unidade	BR0054143
	3		Armário inferior em “L” com 07 portas e nicho para máquina lava-louças	1	unidade	BR0054143
	4		Armário inferior com 04 portas e nicho para lixeiras	1	unidade	BR0054143
	5		Armário inferior com 02 portas	1	unidade	BR0054143
	6		Bancada alta 353x110cm	1	unidade	BR0054143
	7		Armário inferior com 01 porta e 04 gavetas	1	unidade	BR0054143
	8	Copa 2	Armário suspenso com 02 portas basculantes e nicho para micro-ondas	1	unidade	BR0054143
	9		Armário inferior com 03 portas e 04 gavetas	1	unidade	BR0054143
	10		Armário suspenso em “L” com 06 portas	1	unidade	BR0054143

Lote	Item	Local	Descrição	QTDE	Unidade	Código siasg
			basculantes			
	11		Bancada alta	1	unidade	BR0054143
	12		Armário inferior com 04 portas	1	unidade	BR0054143
	13		Armário suspenso com 03 portas basculantes	1	unidade	BR0054143
	14	Copa 3	Armário suspenso com 02 portas basculantes e nicho para micro-ondas	1	unidade	BR0054143
	15		Armário inferior com 03 portas e nicho para máquina lava louças	1	unidade	BR0054143
	16		Armário suspenso em "L" com 03 portas basculantes	1	unidade	BR0054143
	17		Bancada alta em "L"	1	unidade	BR0054143
	18	Copa 4	Armário inferior com 03 portas	1	unidade	BR0054143
	19		Armário inferior em "L" com 11 portas e 04 gavetas	1	unidade	BR0054143
	20		Armário suspenso com 06 portas basculantes	1	unidade	BR0054143
	21		Bancada alta com dois módulos	1	unidade	BR0054143
	22		Armário inferior com 02 portas	1	unidade	BR0054143
	23		Armário inferior com 04 portas	1	unidade	BR0054143
2	24	-	Armário médio em madeira com 06 portas - medindo 3,00x0,90x0,60m (LXAXP);	1	unidade	BR0150151
	25	-	Armário médio em madeira com 04 portas - medindo 2,00x0,90x0,60m (LXAXP)	1	unidade	BR0150151
3	26	-	Coifa industrial tipo ilha - med. aproximadas 136x135cm - conforme projeto	1	unidade	BR0151056
	27	-	Coifa industrial de parede - med. aproximadas 55x90cm - conforme projeto	1	unidade	BR0151056
-	28	-	Rack com painel em madeira	1	unidade	BR0020591

7.2 – Do documento fiscal:

7.2.1 – O documento fiscal deverá atender os requisitos abaixo, podendo ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato do TRE/PR por e-mail, slmp@tre-pr.jus.br, em formato PDF ou emitido na forma física devendo ser encaminhado a Seção de Protocolo, localizada na Rua João Parolin, 224, 1º andar, Curitiba/Paraná.

7.2.1.1 – O CNPJ cadastrado no sistema *Comprasnet*, deverá ser o mesmo para efeito de emissão da nota fiscal/fatura para posterior pagamento.

7.2.1.2 - Caso a CONTRATADA não possa emitir a nota fiscal/fatura com o mesmo CNPJ habilitado, poderá fazê-lo através da eventual matriz ou filial da mesma empresa. Nesse caso, ambos os CNPJs (matriz ou filial) deverão estar com a documentação fiscal regular.

7.2.1.3 - Outras especificações necessárias às notas fiscais:

- CNPJ da CONTRATADA
- CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- Data de emissão da nota fiscal;
- Descritivo dos valores unitários e totais;
- Número do contrato;
- Banco, agência e número da conta corrente (obrigatoriamente da própria CONTRATADA).

7.3 – Das condições do pagamento:

7.3.1. - O pagamento será efetuado após atestado pelo gestor do contrato designado para esta finalidade.

7.3.2 - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da CONTRATADA no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

7.3.2.1 – Prazo para atestado da Nota fiscal: **até 05 (cinco) dias úteis** a partir do aceite da nota fiscal pelo gestor, a qual deverá ser enviada pela empresa somente após cumpridas todas as exigências contratuais.

7.3.2.1.1 - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

7.3.2.2.– O prazo para pagamento da Nota Fiscal será de até 20 (vinte) dias após o atestado realizado pelo fiscal da contratação.

7.3.2.2.1 - Se o valor a pagar for até o valor de **R\$ 17.600,00** (dezesete mil e seiscentos reais), o prazo para pagamento será de **05 (cinco) dias úteis** após o atestado realizado pelo fiscal da contratação, conforme o disposto no art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666/93

7.3.3 – Será considerado como data do pagamento, o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.3.4 – O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 7.2.1.2.

7.3.4.1 – Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/PR.

7.3.5 – O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste contrato.

7.3.6 - No caso de eventual atraso de pagamento e, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, serão devidos encargos moratórios pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal do interessado, que serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

7.4 – Da regularidade fiscal:

7.4.1 – Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

7.4.1.1 – A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

7.4.1.1.1 – Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste contrato.

7.4.2 – A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;

b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;

c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

7.4.2.1 – O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de

pagamento.

CLÁUSULA OITAVA: DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

8.1 – Da substituição tributária:

8.1.1 - Serão feitas as retenções tributárias federais e municipais incidentes sobre a contratação, conforme artigo 64 da Lei nº 9.430/96, IN RFB 1234/12, IN RFB 971/09, L. C. nº 116/2003 e L. C. nº 123/06, conforme o objeto da contratação.

8.2 – Dos tributos federais:

8.2.1 - Será efetuada a retenção dos tributos federais aplicando-se, sobre o valor a ser pago, o percentual constante da Tabela de Retenção da IN RFB 1234/12.

8.2.2 - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), não haverá a retenção de que trata o item acima.

8.2.3 - A nota fiscal, cuja empresa CONTRATADA seja Optante do SIMPLES, deverá estar acompanhada da Declaração, nos termos do caput do artigo 6º da IN RFB 1234/12 - anexo IV.

8.3 - Da retenção previdenciária:

8.3.1 - Quando o objeto da contratação contemplar cessão de mão de obra ou empreitada, poderá ocorrer a retenção do INSS prevista no artigo 112, sobre os serviços elencados nos artigos 117 e 118 da IN RFB 971/09.

8.4 - Da retenção do ISS:

8.4.1 - Sobre serviços, poderá ocorrer a retenção do ISS, quando o objeto da contratação se enquadrar no inciso II, do § 2º do art.6º da L.C. nº 116/03.

8.4.2 - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), deverá destacar na nota fiscal de prestação de serviços a alíquota na qual está enquadrada, conforme os anexos III ou IV da Lei Complementar nº 123/06. Caso não haja o referido destaque, será considerada a alíquota máxima vigente, ou seja, 5% (cinco por cento).

8.5 - Quanto à incidência das retenções de tributos prevalecerá sempre a legislação vigente, mesmo que venham a contrariar as disposições acima, conforme sua incidência ou não sobre o objeto contratado.

CLÁUSULA NONA: DO REAJUSTE

9.1 - Os preços não serão reajustáveis, tendo em vista tratar-se de fornecimento e que o prazo de vigência do contrato refere-se ao período de abrangência dos prazos de entrega, recebimentos provisório e definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Cf. ata de Reunião nº 1)

10.1 – O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas do presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o

contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções, de acordo com o capítulo IV da Lei nº 8.666/93 e art. 7º da Lei nº 10.520/02:

a) **Advertência:** para faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o CONTRATANTE;

b) **Multas**, que serão aplicadas independentes entre si quando decorrentes de fatos diversos:

b.1) Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado na entrega do bem, sobre o valor do pedido em atraso, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.1.1) Excepcionalmente, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, caso presente o interesse público, a Administração poderá aceitar a entrega do objeto, sem prejuízo da incidência da multa prevista no item b.1.

b.2) Caso o gestor considere inservível o cumprimento da obrigação, incidirá multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato e rescisão por inexecução contratual, podendo nesse caso, ser aplicado cumulativamente com a sanção de impedimento de licitar.

b.3) Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato por descumprimento de obrigações acessórias.

b.4) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato pelo fornecimento em desacordo com o solicitado ou pela recusa em refazê-los quando constatado que não atendem às características exigidas ou apresentem quaisquer defeitos.

b.5) multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de cessação do fornecimento.

b.6) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inadimplemento total.

c) **Impedimento de licitar e contratar com a União:** Será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, conforme previsto no art.7º da Lei nº 10.520/2002, bem como o descredenciamento do Sicafe, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação e quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

10.2 - As multas e os prejuízos causados ao CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos em favor da CONTRATADA ou, não havendo possibilidade, deverão ser recolhidos em favor da União no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

10.2.1 - Enquanto pendente processo administrativo para aplicação de multa, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná poderá reter parte dos valores previstos em nota fiscal para garantir o adimplemento da penalidade.

10.3 - As multas imputadas à CONTRATADA cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda¹ e não pagas no prazo concedido pela

¹ Portaria n.º 75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1.º, inciso I.

Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária.

10.4 - A CONTRATADA autoriza desde já ao desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

10.5 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO DO CONTRATO

11.1 – Ficará o presente contrato rescindido, a juízo da Administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos casos elencados nos artigos de 77 a 80, da Lei nº 8.666/93.

11.2 - Será também causa de rescisão se a CONTRATADA alocar funcionários, para o desempenho dos serviços, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, contrariando o artigo 3º da Resolução nº 07, de 18/10/2005, com redação dada pela Resolução nº 09, de 06/12/2005, ambas do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS

12.1 – Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO

13.1 - Fica eleito o foro de Curitiba/PR, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser, para dirimir as divergências oriundas do presente contrato.

13.2 - E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Curitiba, de de 2019

.....
Representante Legal
P/ CONTRATADA

Dr. Valcir Mombach
Diretor-Geral – TRE/PR
P/ CONTRATANTE

Inserir anexo I – Termo de Referência